



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Magalhães Ribeiro, Eduardo; Galizoni, Flávia Maria  
QUATRO HISTÓRIAS DE TERRAS PERDIDAS. MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA E  
PRIVATIZAÇÃO DE CAMPOS COMUNS EM MINAS GERAIS  
Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 9, núm. 2, noviembre, 2007, pp.  
115-129  
Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional  
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951696007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# QUATRO HISTÓRIAS DE TERRAS PERDIDAS

MODERNIZAÇÃO AGRÁRIA E PRIVATIZAÇÃO  
DE CAMPOS COMUNS EM MINAS GERAIS<sup>1</sup>

EDUARDO MAGALHÃES RIBEIRO  
FLÁVIA MARIA GALIZONI

**1** Este artigo é baseado em pesquisas apoiadas pelo CNPq (520792/01-7; 504111/03-5; 504665/04-9; 553367/05-6) e Fapemig (SHA 941/02; SHA 1618/05; 5058-5.02/07).

**RESUMO** *Este artigo analisa histórias de privatização de terras comuns em quatro regiões de Minas Gerais. Ele reúne resultados de várias pesquisas e descreve o uso e as normas costumeiras que regulavam o acesso a terra, as dinâmicas da privatização e as circunstâncias que influíram para que um mesmo processo revelasse efeitos distintos nessas áreas transformadas.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Cerrado; agricultura familiar; modernização agrária; agronegócio; Minas Gerais.*

## MODERNIZAÇÃO

Na década entre começos dos anos 1970 e 1980, uma mudança técnica uniu a agricultura com a indústria e duplicou os indicadores de produtividade nos cerrados e campos de Minas Gerais. Passados trinta anos, quase todos os especialistas no assunto consideram que a modernização foi definitiva, que os retornos justificaram os investimentos públicos, e que a condução do processo foi exemplar, ressalvadas as externalidades ambientais, sociais e culturais inevitáveis em processos deste tipo.

Mas as histórias desse sucesso sempre omitem que esses campos eram *dominados* por comunidades rurais e governados por normas locais baseadas em antigos direitos costumeiros. Durante décadas foram usados para uma pecuária vasqueira, a coleta e o extrativismo. Nos anos 1970, os campos foram privatizados, partilhados e se tornaram plantações e pastagens. Poucas comunidades resistiram à privatização; e nos lugares onde ela ocorreu, se creditava a resistência à personalidade singular de um lavrador, à teimosia de um sindicalista ou, como se dizia na época, à “mentalidade atrasada” de uma comunidade. Os conflitos foram resolvidos de maneiras muito diferentes: uns receberam *tutaméias* pelo campo que perderam, outros caíram na vala comum da reforma agrária, outros se eternizaram em pendências judiciais. Raramente esses direitos costumeiros foram reconhecidos.

A modernização atingiu de forma idêntica – mudança brusca, inovação técnica, privatização da terra e dos recursos – os campos que eram desfrutados em comum por sitiantes tradicionais. Apesar dessas semelhanças de origem, ao longo desses trinta anos, em cada lugar foi construído um destino diferente.

## DESTINOS

Neste artigo é analisada a privatização de terras comuns em quatro regiões de Minas Gerais. Ele reúne pesquisas feitas a oeste, no Alto Paranaíba, municípios de São Go-

tardo e Rio Paranaíba (1984/1985, 1997/1998, 2005); ao norte, no Alto-médio São Francisco, em Januária e Cônego Marinho (1986/1988, 2002, 2006/2007); no Alto Jequitinhonha, a nordeste, em Turmalina, Minas Novas, Veredinha e Leme do Prado (1992/1993, 2002/2007); nos campos da Mantiqueira, ao sul, município de Bom Repouso (2002). Todas as pesquisas abordaram lavradores identificados com práticas culturais e regimes agrários muito próprios – parte deste conjunto que tem sido denominado *populações rurais tradicionais*: agricultores excluídos da integração mercantil, que se definem como *sitiantes* ou *lavradores*. A exceção que aqui se verifica é a *agricultura familiar consolidada* da Mantiqueira.<sup>2</sup>

2 Regimes de domínio e uso de terras foram analisados por Almeida (2004). “Agricultura familiar consolidada” é conceito empregado em programas de desenvolvimento rural que designa setores com renda elevada; ver Mattei (2007).

As pesquisas que serviram de base para o artigo consistiram em entrevistas, visitas e permanências às vezes prolongadas nos sítios, incluindo reuniões comunitárias e seminários com agências de mediação. A partir das falas dos sitiantes, fez-se uma releitura dessas pesquisas para analisar os destinos depois das privatizações. As histórias pessoais fatalmente chegaram ao tema deste artigo. Apesar de cada pesquisa apresentar tema diferente – família, recursos naturais, técnicas produtivas, entre outros –, as trajetórias, as perdas e as mudanças conduziam naturalmente as entrevistas para a privatização, que se impôs como recorte para periodizar as histórias locais e balizar as relações entre técnica e natureza.

A matéria prima do artigo veio, então, de três fontes:

- a) Pesquisas sobre família que, ao investigar sua relação com a produção, convergiam para a história da comunidade, as normas costumeiras de uso, domínio e herança da terra, e as terras comuns surgiam nas falas como referência a um patrimônio material perdido;
- b) Estudos sobre recursos naturais que, ao interpretar a relação entre abundância e escassez, conduziam à lembrança da abundância alimentar e moral perdida com a modernização dos campos comuns;
- c) Pesquisas sobre técnicas e sistemas produtivos que, ao comparar sistemas e intensivos, desembocavam na reavaliação das perdas no domínio técnico provocadas pela desqualificação dos conhecimentos tradicionais.<sup>3</sup>

3 “Modernização agrícola” foi um conceito usado nos anos 1970/1980 para definir a capitalização do campo, que substituiu as relações consideradas “atrasadas”; este processo também foi denominado “revolução verde”. Sobre o uso corrente do termo, ver Paiva (1979); para uma crítica, ver Graziano da Silva (1982) e Altieri (1989).

A maioria dessas pesquisas foi feita com populações rurais envelhecidas. Por isso, a memória, essa matéria traiçoeira, foi um suporte importante para a construção do artigo, já que o material de campo está mediado pela lógica do narrador. E ainda que transformado pelo pesquisador, conservou os vincos da lembrança, azedado pelas tristezas do presente e pelos percalços que a vida impôs ao sitiante. Mas veio também de campo adornado pelos ganhos que a monetarização proporcionou a alguns, pelo prêmio da aposentadoria, pelos confortos materiais oferecidos pela integração ao urbano, pela lembrança da lida excessivamente rústica da juventude e, até mesmo, pela comunidade reconstruída, beneficiada por melhorias em transportes e comunicações. O material foi cotejado com a literatura de época – relatórios, estudos técnicos – para não se assentar exclusivamente nas lembranças, que fornecem informações sólidas sobre os costumes, mas às vezes com base histórica muito frágil.<sup>4</sup>

4 Sobre envelhecimento, consultar Camarano e Abramovay (1998); sobre memória, Bosi (1979).

Antes da modernização, essas comunidades rurais participavam quase somente de forma periférica de mercados, geralmente mercados locais. Depois dela, ficaram cindidas pela participação incompleta nos mercados nacionais expandidos com a revolução verde, e ao mesmo tempo pautaram a produção pelos costumes de um passado íntegro, que a lembrança construiu para nortear outras tantas ações do presente. Assim, existem

gradientes diversos de parciaisidades: na organização comunitária, na cultura material e no domínio fundiário, o que leva essas comunidades a reavaliar constantemente seu apego à tradição ou à integração, a reorganizar sempre suas respostas às perdas e a refazer a escolha de novas esperanças. Por isso, é preciso esclarecer que este artigo não analisa o desfecho das privatizações, pois essas situações ainda não se resolveram, e o balanço de três décadas indica apenas que as trajetórias foram diferentes. A luta de algumas dessas populações para recuperar suas perdas e a posição – ambiental, econômica e política – precária do agronegócio no Cerrado coloca sempre em questão a noção de desfecho: é um jogo que ainda está em curso. Esta análise é uma avaliação parcial, e não uma história de vencidos.<sup>5</sup>

Nas páginas seguintes, o artigo descreve o uso costumeiro dos campos; analisa as transformações fundiárias e produtivas; expõe as respostas dadas pelas populações rurais e as circunstâncias que contribuíram para que uma mesma dinâmica – a *modernização* estimulada pela ação pública – produzisse resultados distintos nas diferentes regiões.

## CAMPOS

*Campos* são vastas áreas elevadas, de topografia geralmente suave e solos pobres cobertos por gramíneas e arbustos, que ocupam parte do nordeste, norte, oeste e sul de Minas Gerais. Quase sempre estão no domínio do Cerrado, que cobre metade do estado, com arbustos entremeados por gramíneas (*capins-do-campo*), conhecidos como *campos-sujos* e, onde só existe capim, apenas como *campos*. Existem *campos* também na transição para Mata Atlântica (Nordeste), para Caatingas (Norte) e em altas altitudes (Sul). Em cada região e bioma, recebem uma denominação que relaciona vegetação, solo e topografia: chapadas no Nordeste, gerais nas Caatingas do Norte, *campos-cerrados* nos cerrados do Oeste, e simplesmente *campos* nas montanhas do Sul, e às vezes, *campos de maravalha* no Norte, mas sempre chapadões no Oeste, Norte e Nordeste.<sup>6</sup>

Por décadas, os *campos* foram usados principalmente para criação. Os sítios – terrenos férteis e *embolados* de lavradores *fracos*, situados nas partes baixas do relevo – estremavam com campos usados em comum para uma pecuária de *soltas*. Às vezes o gado era reunido, as crias eram ferradas e, novamente solto, o gado se *alongava* nos campos sem fim. Era freqüente o sitiante ter apenas vagas notícias do seu gado, que vendia a preço muito baixo ao comprador que teria o trabalho de campear a vaca *curraleira* esbrabeadada e arredia.<sup>7</sup>

Os campos serviam para *soltas* no *tempo-das-águas* do verão. Durante a estiagem do inverno, geralmente de maio a setembro, o gado pastava nas terras baixas e férteis de *cultura* – onde eram feitas as lavouras de verão. No Alto Paranaíba, as terras de cultura eram poucas e esconsas, e se *cansavam* ao fim de alguns anos de plantio. Eram então empastadas, as mais *quentes* com capim *provisório* e as mais *frias* com capim *meloso*, para receber o gado na seca, quando o sitiante se ocupava do rebanho e da produção de polvilho. O gado e os porcos eram soltos nos campos de araucárias da Mantiqueira durante o verão, e os lavradores plantavam nas terras baixas, que permaneciam cercadas. Até o dia de São Pedro, 29 de junho, as colheitas deveriam estar concluídas, já que a soca, o resto da lavoura, seria aberta aos animais de toda a comunidade, enquanto a família beneficiaria produtos na indústria doméstica – o frio intenso do inverno maltratava criações e queimava pastos nos campos. Nos *gerais* do São Francisco, cortados por veredas e buritizais,

<sup>5</sup> Ver Soares (1981), Woortmann & Woortmann (1997) e Almeida (2004) a respeito de campeonato e terras comuns.

<sup>6</sup> Sobre Cerrado, consultar Coimbra (1971), Ferri (1977) e WWF (1995).

<sup>7</sup> Sobre manejos *rústicos* de gado, ver Ribeiro (1998).

o sistema de produção combinava campos, vazantes de veredas e culturas de mata seca: lavradores soltavam gado nos *gerais* no tempo das águas; as terras de matas seriam plantadas com lavouras nas chuvas e *pastejadas* na estação seca; as veredas seriam plantadas na seca: *feijão-da-seca* depois da quaresma e *feijão-de-santana* mais *miunças* (legumes e verduras) a partir de junho. No Alto Jequitinhonha, as lavouras de verão se espalhavam pelas culturas, e o tempo da seca era dedicado às *farinhadas* e à moagem; mas as culturas eram poucas, e desde o século XIX, os homens costumavam fazer demoradas migrações em direção à “mata” do Mucuri, ou então trabalhavam a *jornal* nas fazendas, sob as duras condições do *macaco*, o trabalho em troca de alimentos: meio quilo de feijão-andu ou toucinho por um dia de serviço.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Sobre sistemas produtivos, consultar: Ribeiro (1986), Ribeiro e Galizoni (2000) e Galizoni (2005).

O gado passava o inverno nas culturas e o verão nos campos. A época exata variava de um lugar para outro, de um ano para outro, mas entre julho e setembro era costume queimar metade dos campos antes da primeira chuva, a *chuva-dos-brotos*, porque, um mês depois, o pasto rebrotaria. O gado então voltaria aos campos, onde ficaria até a quaresma ou as *fogueiras* do ano seguinte, dependendo da região. No fim da seca, emagrecido nos pastos já estiolados da cultura, o gado *consertava* o peso quando era solto nos campos requemados. Sem o fogo bianual, a rebrota seria mais demorada, e o campo *cru*, coberto por serrapilheira, ficaria sujeito a incêndios vorazes que consumiriam árvores, atrasariam a safra de frutas nativas e liquidariam a pastagem natural.

Mas criação era apenas o uso mais visível desses campos. Eles também produziam água, frutos, plantas medicinais, caça, madeira e lenha. Mesmo os raros campos privados eram abertos para a coleta, e até geravam rendas, com a extração do látex da mangaba ou óleo de copaíba, por exemplo.

As terras, os sistemas de produção e os regimes agrários nessas regiões eram marcados por dualidades criadas pela comparação entre campo e cultura. Não que estes fossem os únicos tipos de terras e fontes de recursos: existiam classificações intermediárias, como *cerrado* no Oeste, *vereda* no Norte, *terra-mista* no Nordeste e *meia-cultura* no Sul. Mas campo e cultura eram pares extremos de relevos, solos e vegetação, e por isso balizavam as classificações, pois campos são *quentes*, altos, pouco férteis e cobertos por vegetação rala; culturas são *frias*, baixas, férteis, de vegetação alta e densa. Essas dualidades eram opositivas e complementares, pois a cultura produzia mantimentos, madeira e tabatinga, e o campo produzia frutos nativos, medicinais e as melhores águas. Unificavam os dois espaços o manejo da criação de um para outro, a complementaridade sazonal dos usos, e a casa de morada, sempre posta na *barra-do-campo* ou na entrada da cultura – o que dá na mesma – para fugir da umidade excessiva das culturas no tempo das chuvas, além de ficar próxima das boas nascentes dos campos e ocupar pouco do solo fértil. O lugar das casas marca a mudança da *natureza*, do campo para a cultura, e vice-versa.

Assim, campos e culturas se opõem, se completam e organizam a produção e o uso dos espaços. A serventia produtiva das terras de campos era estacional e exigia pouco do trabalho produtivo; por isso, o domínio sobre essas áreas quase sempre era muito difuso. As culturas eram o contrário: escassas, férteis e esconsas, recebiam durante todo o ano o trabalho que se amiudava na seca; garantiam o essencial do sustento e fundamentavam o direito sobre a terra. Culturas recebiam zelo ativo, eram cercadas, lavradas, empastadas e, às vezes, vendidas; elas se associaram à idéia de trabalho contínuo que se acumulava, moldava e conferia marca humana à terra. Já o trabalho estacional e esporádico, a dimensão exagerada e a fragilidade do domínio davam aos campos outra posição. No Oeste eram apenas *terras-de-fazer-longe*, ou seja, de aumentar as lonjuras. Em uma partilha de heran-

ça no Nordeste tocara a um dos herdeiros cem alqueires de campo, e a outro, uma tacha de cobre. Até os anos 1970, os fazendeiros do Norte compravam terras de cultura, e os campos iam junto, com aguadas, barreiros e salinas: ninguém *botava preço*. Às vezes, em heranças do Oeste, mais culturas ficavam para irmãos mais *ativos* e mais campos para irmãos mais *lerdos*, pois criar gado dava menos trabalho que fazer lavouras. Geralmente, a terra era partilhada ao longo das águas, mas, na diagonal, a cerca só ia até o fim das culturas; depois disso, era indivisa e aberta, embora sempre fosse *predomínio* de alguém.

A base da produção era o uso distinto de terras diferentes. Não se concebia um sítio sem campo e cultura. Os sistemas produtivos seriam extensivos nas águas e intensivos nas secas. Acabadas as chuvas, trabalho e produção se recolhiam dos chapadões para o *terreiro* de casa – nas *farinhadas*, no *regadio* na vereda, na *moeção* das *varandas-de-engenho*, na *chacrinha* no córrego, no zelo dos animais presos em piquetes que foram lavouras no tempo das águas. Os estatutos variavam com as estações: domínio comum no verão e privado no inverno, horizontes alargados no verão e restritos aos baixios no inverno, trabalho extensivo nas chuvas e intensivo no estio. Entre a quaresma e as *fogueiras* ocorria a passagem de um a outro estatuto, eram os limites para intensificar; a *chuva-de-broto* reabria o sistema extensivo por meio da queima do campo em agosto, e essa marca humana imposta à terra sáfara dava a ela condição de partilhar seus frutos com os homens. A complementaridade foi a base desses sistemas de produção.

Embora as condições gerais fossem semelhantes, existiam grandes diferenças pontuais entre regiões. A mesma estrutura que permitia costumes e técnicas, ajustava as lógicas produtivas às terras, plantas e conhecimentos microlocais. Nada talvez revele isso tão bem quanto as plantas usadas, nomeadas ou desconhecidas nas diferentes regiões.<sup>9</sup>

## MUDANÇA

Esse cenário se modificou a partir dos anos 1970 com a modernização.

O Cerrado seduzia cientistas desde os estudos de Eugênio Warming, que em meados do século XIX sugerira que fogo e falta de chuvas tornavam aquela vegetação raquítica. Essa hipótese foi superada nos anos 1940, quando Mário G. Ferri afirmou que o solo condicionava a vegetação; árvores baixas, retorcidas e de casca grossa (“escleromorfisadas”) provinham da acidez do solo e da escassez de macro-nutrientes (fósforo, nitrogênio e potássio) desaparecidos em compostos insolúveis, não-trocáveis ou lixiviados (“oligotrofismo”). Ferri explicaria que o “gradiente de escleromorfismo” do Cerrado – cerrado, *campo-sujo* e *campo-limpo* – era determinado pelo “gradiente de oligotrofismo”: níveis desiguais de fertilidade determinam formações arbóreas diversas.

A partir de então, a pesquisa agrônômica procurou disponibilizar macro-nutrientes – aplicando na terra calcário, fosfato e NPK (nitrogênio, fósforo e potássio) – para variedades adaptadas ao Cerrado. A análise química indicava as deficiências do solo: o técnico calculava a dosagem corretiva que neutralizava a acidez e permitia às plantas adaptadas absorver os nutrientes.<sup>10</sup>

O Cerrado – como espaço por excelência do agronegócio – foi inventado por uma articulação bem-sucedida entre políticas públicas, interesses fundiários e agroindustriais. Foram diversos os fracassos brasileiros em projetos de ocupação e controle de ambientes: a colonização européia do nordeste mineiro, o cultivo de seringais na Amazônia, a “marcha para o Oeste” nos anos 1940. Também por conta desses fracassos, foi maior o suces-

<sup>9</sup> João Guimarães Rosa resumiu isso na fala do vaqueiro Grivo, que andara pelos gerais a mando do patrão: “Por onde eu fui, o arrebenta-cavalo pegou a se chamar babá e bobó, depois teve o nome de João-ti, foi o que teve... Toda árvore, toda planta, demuda de nome quase que em cada palmo de terra, por aí...” (Rosa, 1969: 108)

<sup>10</sup> Ver Goodland (1973), Ferri (1974) e Shiki (2000); sobre pesquisa no Cerrado, ver Ribeiro (1986).

so no Cerrado: um caso exemplar de domínio da natureza e concertação de interesses, de subordinação da terra à lógica do capital e à ação humana. E, desde o início, foi um excelente negócio. As técnicas intensivas vinculavam a agricultura à pesquisa, ao uso de insumos e ao crédito rural. O nível elevado dos investimentos criava barreiras à entrada e definia o perfil de produtor para os programas de crédito. A agropecuária de grande escala abria milhões de hectares do Brasil central para especulação. Cada novo projeto vinculava a produção à indústria e estimulava o consumo de máquinas, adubos e venenos.

Três anos separam o experimental Programa de Crédito Integral – ensaio de exploração montado pelo Banco de Desenvolvimento e Emater de Minas Gerais em 1971 – do bem-sucedido Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), coordenado pela Fundação Rural Mineira, Ruralminas, em 1973/74. Veio então a ação federal ampla com o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), em 1975, e depois a associação entre capital público, privado e multinacional no Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecet), em 1979; finalmente, a máquina passou a funcionar por moto-próprio depois dos anos 1980. Mas até essa época houve uma sólida liderança do setor público. A agroburocracia mineira – conduzida por Alysson Paulinelli, professor da Escola Superior de Agricultura de Lavras, depois secretário mineiro e, finalmente, Ministro da Agricultura – associava os setores público e privado; planejava, pesquisava e outorgava terras; distribuía iniciativas a empreendedores e os formava na condução de empresas estatais e privadas. Isso deu aos programas rurais um caráter original, que inclusive desapareceria da história, e principalmente, da história do agronegócio, que seria contada depois como resultado exclusivo da ação privada.<sup>11</sup>

Alguns princípios conformaram as relações desses programas com os sítiantes. Em primeiro lugar, havia a certeza, quase sempre explícita, que os campos eram áreas vazias de população, capital e produção. Quando a ocupação costumeira da terra era visível, a ênfase era dirigida já a sua baixa produtividade. Por isso eram feitas referências à "ocupação do Cerrado" ou à "fronteira agrícola" e, desse ponto de vista, não haveria crescimento, mas sim o nascimento da produtividade e do emprego. Esses programas seriam sempre muito positivos para a região que trocasse o "vazio" do uso tradicional da terra pela "ocupação" intensiva.<sup>12</sup>

Outro aspecto essencial era que somente a capitalização intensiva tornaria aquela agricultura viável. Um documento do IPEA, de 1973, seria um marco nesse sentido; nele, os estudos sobre Cerrado saíam da pesquisa básica e enveredavam pela pura razão econômica: a elevação da produtividade e da escala das operações diluiria os custos adicionais da produção no Cerrado, compensando os diferenciais de rendas gerados por terras mais férteis.

Um terceiro aspecto, por fim, era a formação. Uma nova agricultura exigia um novo agricultor, e vinha disso a ênfase na educação formal, na capacidade gerencial, no conhecimento agrônomo, que eram reputados como essenciais numa lida que seria identificada com empresa rural, agricultor do Sul, gaúcho e japonês.

Assim se formava um círculo vicioso de exclusão, pois modernizar exigia capitalização, que viabilizava produção intensiva, que demandava um novo agricultor, que deveria ser capitalizado. Seriam justificados desse modo os programas, e a produção se associaria a adubo, veneno, máquina e, sobretudo, crédito. A agricultura no Cerrado, conforme sintetizou o então presidente da Campo/Prodecet, *"já nasce moderna"*.<sup>13</sup>

**11** Consultar Diniz (1981) e Dulci (1999); sobre projetos no Cerrado, ver: França (1984), Ribeiro (1986) e Shiki (2000).

**12** Alysson Paulinelli resumiu de forma admirável essa idéia de fronteira: *"A população era muito rarefeita no Cerrado e vivia quase sempre em torno dos cursos d'água, levando uma vida muito precária, típica da agricultura de subsistência, só. Plantava uma mandioca, perto da nascente um arroz, e vivia da exploração do gado, muito irracionalmente. Então era um vazio, era uma expectativa."* (Ribeiro, 1986). Ver também o documento-base do Prodecet: *"Há na região centro-oeste do Brasil uma extensa área inexplorada, com cerca de 1.300.000 km<sup>2</sup> (...)"* (JICA, 1979: 11). Ver também Ruralminas (1979) e Campo (1982).

**13** Paulo Romano, presidente da CAMPO, citado em Ribeiro (1986).

## PRIVATIZAÇÕES

No Alto Paranaíba, o PADAP – associação considerada muito original entre o setor público e a Cooperativa Agrícola de Cotia, CAC – foi implantado em 60.000 hectares de campos. Nas chapadas do Jequitinhonha e gerais do Norte foram plantados eucaliptais, resultado da parceria entre setor público, agropecuárias e indústria siderúrgica.

Por fim, os campos de Bom Repouso foram ocupados com as técnicas adaptadas ao Cerrado – que tornaram produtivas todas as terras pobres mas mecanizáveis –, e os campos comuns foram partilhados entre sitiantes e ocupados com lavouras intensivas. Neste caso, não houve um programa específico, mas os estímulos à inovação técnica, principalmente o crédito subsidiado para compra de equipamentos e insumos, induziram a modernização.

Cada lugar viveu sua história, mas naqueles anos 1970, em cada um deles houve o belo dia em que chegaram agrimensores, máquinas de esteira, tratores. E um novo manejo floresceu nos campos. O manejo, na verdade, teve efeito transformador semelhante à própria privatização, porque as técnicas aplicadas aos campos eram, até então, desconhecidas. Privatização de terras e modernização iriam se tornar sinônimos, mas, naquela época, a técnica cumpriu um papel estratégico: modificando o manejo, separou a produção da terra e do sitiante tradicional; desqualificando sua técnica, a modernização desqualificava também seu domínio sobre a terra.

Assim, a terra dos campos ganhou preço no mercado, e quando se tornou objeto de cobiça de corretores e grileiros, aqueles documentos antigos – formais de partilhas manuscritos, recibos de quitação de impostos fundiários do tempo do Império – perderam sentido. A Ruralminas, estatal que executava a política fundiária, não aceitava esses documentos; titulava reflorestadoras, empreitava rodovias, coordenava programas, destocava campos, assentava migrantes do sul do Brasil, e havia nisso uma lógica perversa, pois o mesmo órgão redesenhava os domínios e instituía a nova técnica; orientava essas instâncias que costumam ser públicas, mas nem sempre estatais – cartório, banco, assistência técnica –, a adotar a mesma linguagem de mudança: era um único sujeito para ações que depois viriam a ser separadas. A modernização chegava aos sitiantes com a face da Ruralminas, mas partilhada numa trindade: a onipotência produtiva da técnica, a onisciência do mercado, a onipresença do Estado autoritário. Não por acaso, a Igreja Católica foi a única agência que enfrentou, então, o projeto modernizador: ela compreendia esses mistérios.

Depois, como num milagre, os resultados eram imediatos, pois o dinheiro jorrava dos cofres públicos para mover a biologia e a química que transformavam os campos numa cornucópia: brotavam soja, café e batatas nos campos, eucaliptos e pastagens em chapadas e gerais. A espetacularização da produção – que mudava paisagem, instrumental técnico, distribuição de terra, renda, produto e vegetação – transformou os campos no palco que exibía o novo patamar produtivo. Este resultado desqualificava técnica e politicamente o sitiante para reivindicar aquelas terras, e este foi, certamente, o efeito mais duradouro da modernização sobre ele. A maioria dos sitiantes tradicionais não saberia manejar a terra como agora deveria ser manejada, não dominava ferramentas ou relações, não tinha acesso aos recursos financeiros, mecânicos e químicos que estavam e continuariam fora do seu alcance. Construiu-se uma barreira definitiva que separava os que podiam ou não produzir; e agora já não se trata apenas de uma questão de escalas, mas também de finanças, culturas, razões e estilos: campos se transformaram em algo muito



diferente daquilo que haviam sido. O caminho de volta ficou irremediavelmente bloqueado, o domínio se tornara outro, o campo se tornara outro, e até o sitiante passou a ser outro, pois não mais se admitia que ele se concebesse como produtor independente, e sim como aquele que perdera as condições de (re)produção, e que conseqüentemente careceria de emprego ou de ajuda.

Por isso, quando a exploração costumeira e a terra comum se tornaram parte do passado, os programas modernizadores foram sucedidos por programas de apoio ao pequeno produtor. A partir de então, sitiantes tornaram-se objeto de programas públicos, mas apenas daqueles mitigadores, paliativos ou compensatórios, que instituíram aos poucos o lugar político do excluído e o suporte que este receberia do Estado. A partilha dos ministérios rurais nos anos 1990, e principalmente sua persistência desde então, confirmam esta atitude que seria definitiva na política agrícola. O sitiante tradicional, embora teime em reafirmar sua existência, é uma porção residual nos programas de desenvolvimento rural. A lógica da política agrícola dos anos 1970 não tem nada de acidental, e os programas de apoio à agricultura familiar são uma notável e, sobretudo, coerente continuidade a esta lógica de exclusão.

## REGISTROS

A literatura da época, felizmente, registrou essas privatizações. Umas foram mais gritantes, como no Alto Jequitinhonha; outras foram silenciadas, como nos gerais, onde se misturaram conflitos fundiários e trabalhistas. Da maioria, foi registrada apenas a perda de terras e recursos, sorvidos por fazendas e empresas. Em geral, os autores associaram esses casos aos cercamentos de campos ingleses, e por isso também, normalmente situavam o lavrador que perdia terras já na entrada do mercado de trabalho. Embora este tenha sido efetivamente um destino, principalmente nos anos 1970, essa interpretação ocultou por muito tempo a outra alternativa: a permanência na terra para uma reprodução subordinada.<sup>14</sup>

Essa saída permaneceu oculta porque era difícil – mesmo para pesquisadores – compreender caminhos que não fossem urbanos, porque não existia direito a terra comum naquele tempo, e porque era quase impossível organizar respostas em tempos de ditadura, progresso e modernização agrária. Mas elas existiram, e foram de três tipos.

Primeiro, as individuais, daqueles que contavam apenas com a própria coragem. Sitiantes quebraram máquinas de esteira no Norte, sabotaram com areia as bombas injetoras dos tratores da Ruralminas no PADAP. São casos como o do sitiante de Rio Paranaíba, alcunhado *Pedro Demanda*, que expulsou agrimensores a tiros, jamais se intimidou com ameaças de polícia e nunca admitiu que *fechassem* o trecho de chapadão que *dominava*. São casos como o de José Ribeiro, de Berilo, no Jequitinhonha, que foi às pressas para São Paulo juntar dinheiro para fazer cercas e garantir, pela demarcação, o respeito ao domínio.

Houve, ainda, nos anos 1980, respostas coletivas lideradas principalmente pela Igreja Católica e pelo sindicalismo ligado às Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, quando o fim da ditadura, do crescimento econômico e de postos de trabalhos no campo e na cidade tornaram essa história já quase outra. Então, as pressões para tomada de terras encontravam sitiantes organizados, que enriqueceram a crônica da década com a resistência – e também com assassinatos, tantos, como os de Eloy Ferreira e Cícero Miranda, no

**14** Consultar Stralen (1980), Moura (1988), Luz e Dayrell (2000); sobre o caso inglês, ver Thompson (1998).

Norte. Mas foi assim que surgiu uma ação efetivamente política contra a modernização, e esse assunto que parecia tão necessário, neutro e técnico nos anos 1970, chegou ao fim dos 1980 no centro de uma crítica já muito elaborada, que reunia a sazonalidade e a precariedade do emprego rural, passava pela internacionalização dos recursos do Cerrado – graças à associação Prodecer/Japão – e chegava, por fim, a avaliar a exagerada expropriação de terras que ocorrera. No começo dos anos 1980, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) colocou esse assunto em reuniões e cultos, e o padecimento dos sitiantes do Cerrado foi conhecido, partilhado, celebrado. Isso também não passou em brancas nuvens, pois sindicalistas, agentes de pastoral, padres e freiras foram ameaçados, presos e surrados por isso que depois, já civilizadamente, veio a ser conhecido como agronegócio.<sup>15</sup>

Por fim, a privatização dos campos – tratada até meados dos anos 1980 como tema exclusivamente fundiário – foi cada vez mais discutida do ponto de vista ecológico. Este tema, periférico nos anos 1970, ganharia expressão nos campos mineiros graças, principalmente, à insistência do padre Justino Obers, que investiu dez anos de pregação para convencer lavradores, associações, sindicalistas e agentes de pastoral que o campo ocupado por eucalipto e soja não era apenas uma causa de sitiantes espoliados, que isso dizia respeito às gentes, às plantas e aos bichos, porque essa tomada de terras colocava em questão a própria vida. Desde então, esses movimentos assumiram o tema, e o Cerrado se transformou, também, em ambiente e cultura.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Consultar CPT (1985), Chaves e outros (1985), e o jornal *Pelejando*, da CPT/MG (1984/1990).

<sup>16</sup> Consultar *Pelejando*, acima citado.

## DESTINOS

Os sistemas de produção montados nos campos privatizados eram quase idênticos: intensivos, homogêneos e, quase sempre, monocultores. Por isso, muitos dos efeitos da modernização foram semelhantes, embora os lugares fossem diferentes.

Nos sítios, os usos da terra e as pautas de produção se transformaram quando o manejo campo/cultura ficou limitado. Os campos comuns de *soltas* e coletas quase acabaram; a produção se concentrou nas culturas; os sítios passaram a usar menos a diversidade de recursos; os sistemas de lavoura e criação foram readaptados; foram mudando as relações com a natureza, a terra, a dieta, o trabalho; foram transformadas as fontes de renda, a lógica da herança e da reprodução cultural e produtiva.

No Alto Paranaíba, Mantiqueira e Alto Jequitinhonha, a pecuária se concentrou nos terrenos de cultura, em grande parte empastados para suportar o gado por todo o ano. As áreas de lavouras ficaram restritas e perderam fertilidade porque acabara o manejo lavoura/pousio/revegetação/lavoura. Nos gerais do Norte, ao contrário, a tomada das soltas reduziu o espaço das criações, pois as culturas eram usadas para produzir alimentos na seca. Cresceu a fragmentação dos sítios em todas as regiões por conta da perda da complementaridade dos campos, mas também porque a alternativa de migração para emprego urbano desapareceria nos anos 1980 e porque, em áreas como o Alto Paranaíba, a possibilidade de emigrar em busca de terras novas se esgotaria com a modernização do Cerrado.

As privatizações, principalmente, banalizaram o consumo de recursos. Passados trinta anos, esses lavradores narram, desalentados, a escala espantosa da destruição nos campos privatizados: atingiu as fruteiras nativas com os *correntões* de destoca, massacrou bichos do mato, soterrou nascentes de água. Os recursos não apenas minguaram, mas também perderam *força*, o vigor subjetivo que a natureza provê aos produtos. Onde ficou

mais intenso o uso da terra – nos campos do Alto Paranaíba e Mantiqueira –, as águas, definitivamente envenenadas, são disputadas para beber ou irrigar, e passaram a brotar conflitos por água onde as precipitações superam 1.800 mm/ano. No Alto Jequitinhonha e São Francisco, o eucalipto cobriu os campos, e as fontes secavam à medida que a monocultura se expandia.

Até os anos 1960 e 1970, esses sítios eram unidades quase autárquicas: lavoura, criação, caça, pesca e coleta garantiam o consumo; um comércio eventual garantia renda monetária. As novas circunstâncias redefiniram as relações com os mercados, e sitiantes precisaram vender alimentos básicos ou produtos da indústria doméstica na vizinhança, ou se integrar aos laticínios e mercados locais. Com isso, incorporaram definitivamente estratégias de reprodução que até então eram episódicas, como as migrações temporárias, a integração aos mercados periféricos, o trabalho a *dias*. A desqualificação do sistema tradicional de produção impôs a subordinação.

Em algumas dessas regiões, as terras de cultura já apresentavam sinais de esgotamento desde os anos 1970 – como no caso do Alto Jequitinhonha –, mas em outras, as condições de reprodução permaneceriam idênticas por mais alguns anos, como no caso do Norte. Eram, todas, densamente povoadas e nelas ocorriam emigrações. No Jequitinhonha eram emigrações rurais temporárias e definitivas desde, pelo menos, meados do século XIX. A emigração do Alto Paranaíba era para Goiás, desde os anos 1940; fazia parte do movimento de ocupação de fronteiras agrícolas do Centro-Oeste que durou até o começo das grandes migrações para as cidades. As emigrações da Mantiqueira para São Paulo começaram no século XIX e foram acentuadas nos anos 1960.

Mas eram aquelas emigrações corriqueiras em sociedades rurais: saídas regulares de homens jovens que buscavam terra na fronteira agrícola, e que dos anos 1960 em diante passaram a “buscar melhora” em fronteiras urbanas. As saídas assegurariam terra para irmãos que permaneceriam herdeiros e sitiantes – mesmo que às vezes presos ao macaco, como ocorreria no Jequitinhonha; ou às custas do uso desregrado dos gerais, como no Norte; ou vendendo apenas ocasionalmente nos mercados, como na Mantiqueira e no Alto Paranaíba.<sup>17</sup>

Num primeiro momento, a privatização dos campos freou as emigrações ao criar empregos na localidade. Era, até mesmo, um princípio compensatório: o benefício maior da modernização para os sitiantes seria justamente a ocupação; isso era explícito nos autores mais clarividentes da época, como Ruy Miller Paiva. No Jequitinhonha, essa possibilidade foi considerada uma redenção; no Alto Paranaíba foi louvada como a grande oportunidade criada pelo PADAP; na Mantiqueira, a partilha dos campos intensificou o uso da terra e multiplicou as ocupações. Até o carvoejamento criou empregos no Médio São Francisco, embora criasse também, às centenas, denúncias de trabalho escravo e depois processos trabalhistas, aos milhares. Nesses anos 1970, mas como regra apenas nessa época, a modernização gerou empregos e, – essa diferença é fundamental – que pagavam em dinheiro: na cata de raízes das destocas, no corte e carvoejamento de lenha, nas capinas ainda manuais, nos hortos de mudas e, inclusive, na operação de máquinas. O *amanasamento* da terra, a estabilização e intensificação dos cultivos logo provocaram efeito inverso sobre o emprego nas áreas de soja e eucalipto. Depois dos anos 1980, somente a agricultura familiar intensiva da Mantiqueira permaneceu empregando; isto, combinado com o estrangulamento produtivo das áreas de cultura, acelerou a perda de emprego e de população rural no Jequitinhonha, no São Francisco e no Alto Paranaíba – este só até os anos 1990. Além disso, vieram novos estímulos para a emigração com a própria limita-

17 Apenas no Norte essa mobilidade era menor, pois permaneceria fronteira agrícola até os anos 1980. Sobre emigrações de mineiros, consultar Brito e Souza (1995); sobre as regiões, consultar Ribeiro e outros (2004): Jequitinhonha; França (1985) e Ribeiro (1986): Alto Paranaíba; Moura (1978): Sul; Luz e Dayrell (2000): Norte.

ção da reprodução de sitiantes numa terra que não podia ser expandida, que os tornava cativos da cultura, que exigiria assalariamento temporário ou emigração sazonal para reproduzir o sistema produtivo. O Censo de 1995 deixaria muito evidente o notável decréscimo de unidades familiares nessas regiões, em comparação com 1985.

Assim, criadas pelas oportunidades ou impostas pelas circunstâncias, novas estratégias surgiram. Cada comunidade, de cada região, usou o que havia à mão para redesenhar seu destino. O passado foi revisto como uma subtração, e não apenas moral, porque foram aprofundadas as diferenças sociais, produtivas, econômicas.

## BALANÇO

Para os sitiantes, as conseqüências das privatizações foram mitigadas por três circunstâncias: i) a criação do Funrural e, depois, a generalização de aposentadorias e pensões rurais; ii) a expansão do mercado de trabalho urbano, que absorveu grande parte da força de trabalho liberada pelo campo nos anos 1970; iii) as *brechas* da revolução verde que permitiram a incorporação de sitiantes como assalariados ou produtores. Essa amenização, porém, foi diferente por região e por período. Dependendo, sobretudo, da forma como a história, as iniciativas locais, os mercados de cada região se desdobraram, a mitigação foi mais e menos eficaz, integrativa e duradoura. Embora as determinações mais gerais fossem as mesmas, as circunstâncias locais acabaram sendo completamente diferentes. Cada campo transformado viveu sua história própria, e enquanto alguns se tornaram sucessos produtivos, outros se tornariam exemplos nobres do fracasso.

Por isso, nem tudo foi perda. Em cada lugar, os sitiantes construíram alternativas, embora sua efetividade tenha variado de acordo com os arranjos que puderam fazer e com as articulações que puderam construir com os mercados. Dependeram, também, do estilo da mediação, da sedimentação da organização local e do dinamismo dos programas públicos. Dependeram, ainda, dos ciclos de auge e crise na história de exploração do campo privatizado: todos eles atravessaram altos e baixos.

O PADAP foi exemplo de programa público até a falência da CAC nos anos 1990, quando o Programa acabou e o endividamento e o desemprego cresceram. Mas alguns dos colonos integrados deram a volta por cima, trocaram soja por hortaliças e intensificaram mais ainda o uso da terra. Em 2005, a demanda por trabalho rural criava em média 1 emprego para cada 7 hectares, durava de março a outubro e pagava 3 salários mínimos/mês por trabalhador. Nesta época, muitos dos antigos sitiantes do Alto Paranaíba se tornaram assalariados no chapadão.

Com a partilha dos campos da Mantiqueira, mais a modernização produtiva e a integração, cresceram a produção, a renda e o emprego. Isso permitiu aos sitiantes adquirir um padrão de consumo e bem-estar de classe média urbana. Pesaram, neste caso, a acumulação prévia de bens, o caráter exclusivamente familiar da agropecuária da região e as exigências de intensificação do trabalho nas culturas.

Já o reflorestamento no Alto Jequitinhonha e no Médio São Francisco *encantilou* sitiantes em desertos verdes – em 2005 criavam em média 1 ocupação para 90 hectares plantados de eucaliptos. Nessas regiões, a modernização não trouxe qualquer benefício direto ou indireto; os eucaliptais empobreceram material e culturalmente os sitiantes do Jequitinhonha. Mas, no São Francisco, a flutuação do mercado de carvão e as dificuldades de adaptação dos eucaliptais aos gerais levaram várias firmas à falência, permitindo uma

discreta reconquista de campos, como ocorria em *Januária* em 2006: retornaram sistemas de *queimada-e-criação*, de manejo do gado em gerais e *mata-seca*, de *solta-e-coleta*; então, o antigo *Gerais-dos-Cocho*s foi rebatizado: *Gerais-da-Firma*, roseanamente.

Mas essas não são apenas histórias diferentes; são, também, narrativas diferentes sobre a transfiguração das causas sociais e ambientais na média duração da história, pois os sujeitos assumiram, no decorrer do tempo, atitudes diferentes, ou assumiriam a mesma causa por razões diferentes. Percebe-se, passados já mais de trinta anos, que motivos e razões são feitos, refeitos e revalorizados, e isso ocorre por perda de patrimônio ou de costumes, pelo ganho da renda ou da integração, pela perda da água ou ganho do emprego. Em balanço de 2005/2007, que avaliou alguns momentos e lugares, se nota que a modernização perdeu fôlego por conta da sua própria inércia (São Francisco) ou por mudanças em programas públicos (Jequitinhonha), e que em outros, o dinamismo acentuou a separação entre terra e trabalho (Alto Paranaíba), ou a capitalização prévia permitiu que a agricultura familiar ultrapassasse as barreiras à entrada na modernização tecnológica, abrindo uma inusitada oportunidade de inclusão (Mantiqueira). Mas esses destinos não foram diferentes apenas nesse momento; em momentos diferentes foram diversos num mesmo lugar. Além disso, têm se unificado muito pouco, a ponto de parecer impossível reuni-los numa única história.

Percebe-se, assim, que nessas relações entre terras usadas e perdidas há um dinamismo ativo: entre sistemas inovadores ou tradicionais, entre áreas de sitiantes ou de empresas. Os resultados das privatizações, ao longo desses anos, nem sempre foram negativos para os sitiantes, nem sempre colocaram os expropriados em desvantagem. Na crise agrícola do começo dos anos 1990, os colonos do PADAP se endividaram, enquanto sitiantes próximos viviam na estável produção de leite nas culturas. Nos anos 1980 e 1990, a expansão dos canaviais do Sudeste proporcionou aos sitiantes do Jequitinhonha uma renda que nunca seria gerada no sistema que usavam nos campos. A crise da batata na Mantiqueira na segunda metade dos anos 1980 revalorizou os sistemas produtivos diversificados e familiares das terras de cultura. A queda do preço do carvão vegetal na segunda metade dos anos 1990 colocou a diversificada produção *geralista* em posição relativa mais confortável que os reflorestamentos do Norte. Essa dinâmica cíclica e histórica determina confrontos e debates sobre desenvolvimento regional, quando redefine o lugar dos atores nesse cenário, às vezes virtual, de paz agrária.

Resultados diferentes modificaram o rural, mas não o sitiante tradicional. Ele persiste, muito embora sua relação com os recursos, a produção e a sociedade envolvida às vezes se modifique. Mais profundamente no caso do Paranaíba e da Mantiqueira, onde o sucesso da modernização elevou preços de terra; e menos no Jequitinhonha e São Francisco, onde comunidades se organizam para refazer os usos costumeiros do Chapadão.

Não por acaso os benefícios da modernização foram melhor distribuídos entre a população rural onde a privatização partilhou (Mantiqueira) ou concentrou menos (Alto Paranaíba). Nas regiões em que o padrão latifundiário foi imposto às terras que eram comuns (Jequitinhonha e São Francisco), a depauperação dos sitiantes e dos recursos foram mais acentuados. Por isso, as reivindicações sobre os campos permanecem mais vivas em alguns lugares do que em outros. Onde foi instituído um latifúndio incapaz de gerar emprego, pôde também se instalar o comunitarismo e renovadas tradições que alimentam o sentimento da perda. Nesses casos, certamente, um resultado da privatização tem sido a reconstrução dos campos como lugar, identidade e pertencimento, o que os transforma em territórios. Depois dos anos 1990 – de reemergências de etnias, revalorização da famí-

lia, de retorno ao rural mítico –, esses sitiantes se veriam, despidoradamente, como o reverso do projeto modernizador, e quanto maior o insucesso do agronegócio, mais fortes se tornariam as pressões para assentar outra coisa em seus velhos campos de coleta e *soltta*. Assim, da mesma maneira que a modernização instituiu o Cerrado como assunto, a privatização o reconstrói diariamente como causa. E daí não vem apenas a tristeza da causa perdida, mas também as novas possibilidades, porque os nichos de agricultura ambientalizada e tradicional são bases para criar, nos escombros da revolução verde, uma agricultura adaptada ao meio e ao clima.

Passados 30 anos, ainda se sente a perda da terra. Plantadas e colhidas tantas safras, atravessadas tantas crises, o campo privatizado continua a impedir a unificação da produção com a vida, que foram brutalmente separadas nos anos 1970. Mas falta muito ainda para conhecer as conseqüências desses acontecimentos. Esta é só uma parte, e se percebe que falta algo, porque esses sitiantes insistem em continuar pensando seus campos como referência cultural e, às vezes, escolhem lutar para tê-los de volta – como acontece no Norte e no Jequitinhonha. Certamente falta ainda muito para que os campos se emendem de novo às terras que esses sitiantes conservaram, onde vivem e plantam, de forma que seja possível a formação de uma cultura renovada.

**Eduardo Magalhães Ribeiro** é economista, doutor e professor associado da Universidade Federal de Lavras (UFLA), pesquisador do CNPq.  
E-mail: eduardomr@ufla.br.

**Flávia Maria Galizoni** é antropóloga, doutora e professora adjunta da UFVJM.  
E-mail: flaviagalizoni@yahoo.com.br

Artigo recebido em março de 2008 e aprovado para publicação em outubro de 2008.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.W.B. Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Vol 6, n.1, 2004.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: TA Queiroz, 1979.
- BRITO, F.; SOUZA, J. de. *Os emigrantes: Minas no contexto das migrações internas no Brasil*. Anais do VII Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 1995.
- CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil. *Anais do Encontro Nacional sobre Migração*. Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998.
- CAMPO, Companhia de Promoção Agrícola. Relatório de Atividades. Mimeog, Belo Horizonte, 1982.
- CHAVES, L.; ARAÚJO, L.; AMADO, J. *Eloy: morre uma voz, nasce um grito*. Belo Horizonte, Segrac, 1985.
- COIMBRA, R. Agricultura no Cerrado. In: FERRI, M.G. (coord.) *Simpósio sobre o Cerrado*. São Paulo: Edgar Blucher/Edusp, 1971.
- CPT, Comissão Pastoral da Terra. *Para onde vão os nossos alimentos?* Belo Horizonte: Segrac, 1985.
- DINIZ, C.C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DULCI, O.S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- FERRI, M.G. *A vegetação dos cerrados brasileiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1973.
- \_\_\_\_\_. *IV Simpósio sobre o Cerrado: bases para a utilização agropecuária*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

- FRANÇA, M. *O Cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista – a experiência de Minas Gerais*. Dissertação (ms.). Cedeplar/UFMG, 1984.
- GALIZONI, F.M. *Águas da vida*. Campinas: Tese (doutorado). IFCH/Unicamp, 2005.
- GOODLAND, R. Oligotrofismo e alumínio no cerrado. In: FERRI, M.G.(org) *III Simpósio sobre o Cerrado*. São Paulo: Edgar Blucher/Edusp, 1973.
- GRAZIANO DA SILVA, J.F. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Aproveitamento atual e potencial dos cerrados. *Estudos para o planejamento*. Rio de Janeiro, 1(2), 1973.
- JICA, Japan International Cooperation Agency. *Estudo de desenvolvimento regional de três estados*. Relatório Final (sumário), mimeog, 1979.
- LUZ, C.; DAYRELL, C. *Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros, CAA/Rede Cerrado, 2000.
- MATTEI, L. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. *Revista Econômica do Nordeste*, vol. 38, n. 1, jan-mar 2007.
- MOURA, M.M. *Os herdeiros da terra*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Os deserdados da terra*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- PAIVA, R.M. *A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.
- RIBEIRO, E.M. *Os fazendeiros da cultura: a fazenda tradicional e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*. Dissertação (mestrado), IFCH/Unicamp, 1986.
- \_\_\_\_\_. Vaqueiros, bois e boiadas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 11, 1998.
- RIBEIRO, E.M.; GALIZONI, F.M.; ASSIS, T.P. Os caminhos de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos da População*. 21(2), jul-dez 2004.
- ROSA, J.G. *Corpo de baile*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- RURALMINAS, Fundação Rural Mineira. *O trabalho da Ruralminas*. Belo Horizonte, mimeog, 1979.
- SHIKI, S. *O futuro do Cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social*. Rio de Janeiro: FASE, Cadernos Temáticos, n. 2, 2000.
- SOARES, L.E. *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- STRALLEN, C.J. van. *A capitalização do campo e as políticas de saúde*. Belo Horizonte, mimeog, 1980.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WARMING, E. *Lagoa Santa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1973.
- WOORTMANN, E.F. e WOORTMANN, K. *O trabalho da terra*. Brasília, Editora UnB, 1997.
- WWF, Fundo Mundial para a Natureza. *De grão em grão, o Cerrado perde espaço*. Brasília: WWF, 1995.

Os autores agradecem ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica e aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Vale do Jequitinhonha, a Cáritas de Januária, ao Centro de Assessoria Sapucaí, de Pouso Alegre, aos sitiantes de São Gotardo, Rio Paranaíba e Campos Altos, a CPT/MG. Agradecem ainda ao professor Sérgio Schneider pelos comentários a uma versão preliminar deste artigo.

**A B S T R A C T** *This article analyzes the privatization history of common land in four regions of Minas Gerais, Brazil. Integrating results from various researches, it describes the*

*costumary land use and productive norms that changed the dominion of these lands, the dynamics of privatization and the circumstances that influenced the same process to present distinct effects in these transformed areas.*

**KEYWORDS** *Cerrado (brazilian steppe); Family agriculture; agri-modernization; agri-business; Minas Gerais.*